

CÚPULA MUNDIAL DE BACIAS DA RIOB

RELATÓRIO - EDIÇÃO DE 2026



RIOB
Rede Internacional
de Organismos de Bacia

De 16 a 19 de junho de
2026
Rio de Janeiro, Brasil



GOVERNANÇA COOPERATIVA DA BACIA PARA A SEGURANÇA HÍDRICA

AUTORIDADES ANFITRIÃS

Organização:



Realização:



Apoio:



ÍNDICE

I. Introdução	3
II. Passagem da Presidência Mundial da RIOB	4
III. Sessões de alto nível	4
A. Sessão de alto nível sobre “a gestão dos recursos hídricos em nível de bacias hidrográficas para a segurança do abastecimento de água no Brasil”	4
B. Painel de alto nível sobre o diálogo interativo “A água a serviço da cooperação” da Conferência das Nações Unidas sobre a Água de 2026	5
IV. Sessões temáticas	6
A. Sessão 1 – Dos dados à ação: modernizando o monitoramento dos recursos hídricos para uma gestão resiliente das bacias hidrográficas	6
B. Sessão 2 – Diálogo entre cidades e bacias hidrográficas para a segurança hídrica: conciliar o desenvolvimento urbano, costeiro e rural	7
C. Sessão 3 – Águas saudáveis, bacias resilientes: trazendo consistência às políticas de água e biodiversidade	8
D. Sessão 4 – Adaptação às mudanças climáticas em nível de bacia hidrográfica: controle de enchentes e secas	9
E. Sessão 5 – Economia circular da água para a resiliência das bacias hidrográficas: diversificar a “mistura de água” com recursos não convencionais	10
V. Algumas palavras sobre as oficinas	11
A. Oficinas “Peer-to-Peer”	11
B. Oficinas organizadas pela Associação Internacional de Engenharia e Pesquisa em Hidroambiente (IAHR)	12
C. Oficina “Governança hídrica integrada em regiões metropolitanas no Brasil - a articulação entre o gerenciamento de recursos hídricos e a regulação dos serviços de saneamento para a resiliência do abastecimento de água”	13
D. Oficina “Quatro décadas de cooperação entre o Brasil e a França para o gerenciamento de bacias”	14
E. Oficinas paralelas sobre o Compartilhamento de experiências sobre gestão da seca e alocação de recursos hídricos	15
VI. Perspectivas	17



Local principal da conferência: Museu do Amanhã



Oficina P2P.
©Fabiano Veneza / SEAS



Auditório lotado.
©Fabiano Veneza / SEAS

I. Introdução

Para sua 13ª edição, este importante encontro internacional ganhou um novo visual e mudou de nome: a Assembleia Geral Mundial da RIOB passou a se chamar **Cúpula Mundial de Bacias**. Essa nova denominação é sinal de uma ambição renovada e da vontade de elevar a prioridade política concedida à gestão sustentável das bacias. Diante de uma mudança climática que acelera inundações, secas e tensões relacionadas à água em todos os continentes, é de fato urgente promover uma implementação operacional e cooperativa da gestão das bacias hidrográficas. Essa é uma condição indispensável para garantir a segurança hídrica de nossas sociedades e dos ecossistemas dos quais elas dependem.

A programação desses quatro dias girou em torno de cinco temas estratégicos, que vão desde a modernização dos sistemas de dados até a crescente integração de recursos hídricos não convencionais.

O evento reuniu, mais uma vez, uma ampla diversidade de participantes de alto nível: ministros, organismos de bacias hidrográficas nacionais e transfronteiriços, administrações locais, regionais e nacionais, instituições técnicas, comissões regionais de integração, órgãos reguladores, bancos de desenvolvimento e agências das Nações Unidas. Todos são atores importantes engajados na Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (GIRH) em escala de bacias

hidrográficas, rios, lagos e águas subterrâneas associadas.

A Cúpula foi co-organizada pela RIOB e pela Secretaria do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS). Contou com o apoio do Escritório Francês de Biodiversidade (OFB) e com o apoio ativo da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico do Brasil (ANA), bem como de diversos parceiros locais e nacionais (AGENERSA, FFCBH, REBOB, AGEVAP, os comitês de bacia da Baía de Guanabara e da Baía da Ilha Grande, a Prefeitura do Rio de Janeiro, Águas do Rio e a ABAR). Os encontros ocorreram em locais emblemáticos da cidade, como o Museu do Amanhã e o Museu de Arte do Rio (MAR).

Como novo presidente mundial da RIOB para os próximos dois anos, o ministro brasileiro responsável pela gestão da água representará as bacias hidrográficas nos próximos grandes eventos internacionais, notadamente a Conferência das Nações Unidas sobre a Água de 2026 e o Fórum Mundial da Água de 2027.



Países representados na Cúpula Mundial de Bacias da RIOB 2026.



400

participantes



48

países



mais de 70

diretores e diretoras de recursos hídricos



5

ministros, secretários de Estado e enviados especiais



5

sessões temáticas plenárias



9

sessões especiais e oficinas



5

idiomas (francês, inglês, espanhol, português do Brasil, língua de sinais)



mais de 50%

dos pares do projeto Peer-to-Peer presentes

Passagem da Presidência Mundial da RIOB

A passagem da Presidência da RIOB foi realizada: pela Sra. Barbara Pompili, Embaixadora Delegada para o Meio Ambiente do Ministério da Europa e das Relações Exteriores, representando Sua Excelência Monique Barbut, Ministra da Transição Ecológica, da Biodiversidade, das Florestas, do Mar e da Pesca da França, para Sua Excelência Waldez Góes, Ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional do Brasil.



©Fabiano Veneza / SEAS

“O compromisso da França na área da água perdurará, especialmente por meio da participação ativa nas ações da RIOB.”

Discurso da Sra. Barbara Pompili

“O Brasil deve compartilhar sua experiência e, por outro lado, deve se beneficiar do compartilhamento das experiências de outros Estados [...]. Portanto, é importante que o Brasil seja ativo nesse contexto global e, mais ainda, que possa compartilhar suas experiências no âmbito da RIOB.”

Declaração de Sua Excelência Waldez Góes

Sessões de alto nível

Sessão de alto nível sobre “a gestão dos recursos hídricos em nível de bacias hidrográficas para a segurança do abastecimento de água no Brasil”

Com: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional do Brasil, Agência de Águas do Estado de São Paulo, Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, Rede Brasileira de Organismos de Bacia, Associação Brasileira de Agências Reguladoras.

A integração sistêmica entre as autoridades federais e estaduais, aliada à participação ativa da sociedade civil nos comitês de bacia, deve constituir um elemento essencial para a elaboração de soluções no âmbito do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH).

A sessão destacou três aspectos:

- A maturidade institucional de órgãos como o CEIVAP, baseada em planos elaborados de forma ascendente, levando em conta as realidades locais.
- As recentes inovações regulatórias, ilustradas pela criação da SP-ÁGUAS, que reforçam o papel impulsionador do Estado no controle e na implementação de protocolos rigorosos em caso de escassez.
- O projeto de integração do rio São Francisco e o programa “Água Doce”, apresentados como etapas decisivas em matéria de segurança hídrica e inclusão social em escala continental.

Para superar a crise de complexidade resultante do choque entre a multiplicidade de usuários e uma instabilidade climática sem precedentes, é necessário fortalecer os órgãos de bacia por meio da REBOB (Rede Brasileira de Órgãos de Bacia) e da RIOB, modernizar as tecnologias para permitir o monitoramento em tempo real e assegurar a convergência das políticas setoriais, garantindo assim a sustentabilidade das bacias e um legado para as gerações futuras.

O consenso alcançado é claro: uma gestão descentralizada e participativa, tomando a bacia hidrográfica como unidade fundamental, é um meio eficaz de fortalecer a segurança hídrica, a resiliência climática e o desenvolvimento sustentável no Brasil.

Relatório detalhado da sessão



Painel de alto nível sobre o diálogo interativo “A água a serviço da cooperação” da Conferência das Nações Unidas sobre a Água de 2026

Com: Os Ministérios da Integração e do Desenvolvimento Regional do Brasil, de Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos de Gana, das Relações Exteriores da Finlândia, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente da Espanha, da Comissão do Rio Mekong, da Autoridade Nacional da Água do Peru, o Comitê de Regulamentação, Proteção e Utilização dos Recursos Hídricos do Cazaquistão e a Direção-Geral de Parcerias Internacionais da Comissão Europeia.



O painel de alto nível destacou que a cooperação em escala de bacias hidrográficas, inclusive no âmbito transfronteiriço, não constitui um mero desafio técnico, mas deve se tornar uma prioridade política. O fortalecimento de capacidades por meio de acordos de cooperação entre pares foi destacado como uma ferramenta essencial para acelerar o aprendizado e superar impasses políticos por meio da confiança técnica mútua no terreno, à escala das bacias hidrográficas.

Após relembrar a importância da cooperação para a resiliência climática e dos ecossistemas, a gestão das águas subterrâneas, a segurança alimentar e energética, os palestrantes insistiram na necessidade de financiamento para os organismos de bacia e para a cooperação transfronteiriça, bem como na necessidade

de adotar uma abordagem holística que inclua os organismos de bacia e o nexos Água-Energia-Alimentação-Ecosistema.

A sessão foi encerrada com um apelo para fortalecer a cooperação em prol da água e para adotar modelos participativos e inclusivos que garantam um papel de liderança às mulheres, aos jovens, aos povos indígenas e às comunidades vulneráveis. Os participantes concordaram que a Conferência das Nações Unidas sobre a Água de 2026 representará um momento político crucial para colocar a cooperação na área da água no centro da agenda política global.

[Relatório detalhado da sessão](#)



Sr. Antti Rautavaara, Enviado Especial para a Água, Ministério das Relações Exteriores da Finlândia

“O sucesso do diálogo interativo (d) ‘A Água a Serviço da Cooperação’ será medido pela nossa capacidade de fazer com que a cooperação na área da água evolua de um desafio técnico para um sistema global estruturado e baseado em regras.”



Sr. Valder Ribeiro, Secretário-Executivo, Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, Brasil

“A gestão integrada dos recursos hídricos também depende da capacidade de aprender com as experiências realizadas em diferentes contextos e de tornar a governança cada vez mais participativa e inclusiva. Nenhum país detém, por si só, todas as respostas.”

Sessões temáticas

Sessão 1 – Dos dados à ação: modernizando o monitoramento dos recursos hídricos para uma gestão resiliente das bacias hidrográficas

Com: Ministério da Transição Ecológica (Espanha), Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, Serviço Geológico do Brasil, Autoridade da Bacia do Murray-Darling (Austrália), Autoridade Autônoma Binacional do Lago Titicaca, Autoridade da Bacia do Júcar (Espanha), Observatório do Saara e do Sahel, Iniciativa da Bacia do Nilo.

Esta sessão demonstrou que a modernização do monitoramento dos recursos hídricos não é um luxo técnico, mas um imperativo estratégico para fortalecer a resiliência das bacias diante das mudanças climáticas. O principal desafio identificado não é mais a escassez de dados, mas sua fragmentação e a necessidade de transformar dados brutos em informações confiáveis e utilizáveis que apoiem o planejamento, os investimentos, a gestão de riscos (inundações, secas e poluição) e a tomada de decisões baseadas em evidências.

Várias soluções foram apresentadas durante a sessão:

- **Abordagens híbridas:** combinar a confiabilidade histórica das redes de monitoramento in situ com a ampla cobertura espacial do teledetecção e das observações por satélite (ex.: Sentinel-3 para o Lago Titicaca).
- **Plataformas de integração:** implantação de observatórios regionais e plataformas de dados interoperáveis (por exemplo: a ORA na Amazônia, o GOTA na Espanha e as plataformas digitais da bacia do Nilo) para integrar as redes de monitoramento, melhorar a transparência, apoiar os sistemas de previsão e alerta precoce e fortalecer a governança.



Sr. Nabil Ben Khatra, Secretário Executivo, Observatório do Saara e do Sahel (OSS)

“Os dados geram valor, e dados confiáveis, abertos e transparentes promovem a confiança, a parceria, a coordenação e a governança.”



© Fabiano Veneza / SEAS

- **Inclusão e inovação:** envolver as comunidades por meio da ciência cidadã (eDNA), valorizar os conhecimentos locais e tradicionais, fomentar a cooperação internacional e promover o livre acesso à informação, a fim de fortalecer a confiança e apoiar a gestão integrada das bacias hidrográficas

É essencial institucionalizar os mecanismos de compartilhamento de dados e harmonizar os protocolos de monitoramento para fortalecer a cooperação e estabelecer confiança entre instituições e países. A tecnologia deve complementar (e não substituir) as soluções clássicas, porém robustas, de medições em campo, que continuam sendo indispensáveis para a validação científica e a calibração. Por fim, a viabilidade a longo prazo dos sistemas modernos de monitoramento depende de investimentos contínuos e sustentáveis na automação e na ampliação das redes, no fortalecimento institucional e no desenvolvimento das capacidades técnicas e humanas necessárias para transformar os dados em ações eficazes em prol de uma gestão resiliente dos recursos hídricos.

Relatório detalhado da sessão



© Fabiano Veneza / SEAS

Sessão 2 – Diálogo entre cidades e bacias hidrográficas para a segurança hídrica: conciliar o desenvolvimento urbano, costeiro e rural

Com: Comissão Internacional da Bacia do Congo-Oubangui-Sangha (CICOS), Secretaria do Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Rio de Janeiro (Brasil), Associação Brasileira de Agências Reguladoras, Departamento de Recursos Hídricos (Laos), Ministério da Agricultura, Pesca, Água e Reforma Agrária (Namíbia), Conselhos de Bacias (Equador), Fundação do Lago Vesijärvi (Finlândia), Comissão Mista do Rio Paraná.



© Fabiano Veneza / SEAS



© Fabiano Veneza / SEAS

Os participantes concordaram amplamente com o princípio de que a segurança hídrica é mais uma questão de estrutura institucional do que um mero desafio técnico. Conciliar o desenvolvimento urbano, rural e costeiro exige abordagens diversificadas, adaptativas e altamente participativas:

- **Governança e financiamento descentralizados:** o modelo da bacia do rio Portoviejo integra com sucesso a gestão costeira e as soluções baseadas na natureza por meio de um financiamento institucional conjunto.
- **Inovação tecnológica e adaptação:** Windhoek, na Namíbia, implantou a primeira usina do mundo de reutilização direta de águas residuais, opera um sistema de recarga controlada de aquíferos e estabeleceu um ciclo de governança adaptativa baseado em oficinas que reúnem autoridades regionais e partes interessadas para analisar periodicamente o estado dos recursos hídricos disponíveis e a demanda em constante aumento.
- **Planejamento integrado:** a República Democrática Popular do Laos combina a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos

(GIRH) com a adaptação baseada em ecossistemas (EbA), garantida por acordos comunitários locais de conservação.

- **Compromisso sustentável:** a Fundação do Lago Vesijärvi, na Finlândia, preenche a lacuna entre o planejamento nacional e a implementação local por meio de um diálogo multipartidário e de um financiamento estável.

Para suprir a falta de coordenação entre a governança das cidades e das bacias hidrográficas, os marcos de governança devem ser institucionalizados a fim de coordenar os atores entre os territórios e manter a cooperação além dos ciclos políticos. Os participantes recomendaram a implementação de instrumentos, como a GIRH ou a adaptação baseada em ecossistemas (EbA), a diversificação das fontes de abastecimento de água, a criação de mecanismos de financiamento estáveis e a garantia de uma participação ativa das comunidades. Para concluir, embora as inovações tecnológicas ofereçam um apoio essencial, a segurança hídrica sustentável depende, acima de tudo, da gestão conjunta de um território.

[Relatório detalhado da sessão](#)



Dr. Vinicius Benevides, Presidente, Associação Brasileira de Agências Reguladoras (ABAR), Brasil

“A segurança hídrica é garantida quando a água deixa de ser considerada um recurso setorial e passa a ser vista como um bem coletivo, cuja gestão se baseia na responsabilidade compartilhada.”

Sessão 3 – Águas saudáveis, bacias resilientes: trazendo consistência às políticas de água e biodiversidade

Com: Comissão do Rio Mekong, Agência da Água Adour-Garonne (França), Secretaria do Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Rio de Janeiro (Brasil), Autoridade do Lago Tanganica, Comissão de Conservação do Rio Hai (China), Comissão Trinacional do Plano Trifínio, Agência da Água Reno-Mosa (França), Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (Brasil).

As discussões destacaram a necessidade de fortalecer a dimensão “integrada” das políticas relacionadas à água e à biodiversidade, a fim de enfrentar os desafios interdependentes que são as mudanças climáticas, a degradação dos ecossistemas e a segurança do abastecimento de água. Os participantes destacaram que a conservação e a restauração dos ecossistemas são essenciais para melhorar a qualidade e a disponibilidade da água, fortalecer a resiliência territorial e apoiar o desenvolvimento sustentável.

Os estudos de caso apresentados demonstraram o interesse de abordagens integradas baseadas em soluções de base natural, combinando a restauração de ecossistemas aquáticos, a manutenção de vazões ecológicas, a proteção de áreas naturais e o ordenamento territorial sustentável. Elas também destacaram a importância da cooperação transfronteiriça, da governança em múltiplas escalas e da tomada de decisões baseada em dados científicos na concepção e na implementação de políticas públicas eficazes.

Além disso, as discussões destacaram a necessidade de fortalecer os marcos de governança por meio da melhoria da coordenação entre os setores da água, da biodiversidade, da agricultura e do ordenamento territorial. Os participantes também destacaram a importância de fortalecer os mecanismos de financiamento por meio de uma melhor harmonização dos instrumentos de financiamento existentes, da ampliação dos programas de pagamento por serviços ecossistêmicos (PSE) e de um maior envolvimento do setor privado. Por fim, os participantes reafirmaram que a integração da biodiversidade nas políticas de desenvolvimento é uma condição prévia para a criação de bacias hidrográficas resilientes e para garantir a segurança hídrica a longo prazo. Eles destacaram que o conhecimento científico, o planejamento integrado, a cooperação entre as partes interessadas e o intercâmbio de experiências constituem fatores-chave para a implementação de soluções sustentáveis e eficazes, adaptadas tanto aos contextos nacionais quanto transfronteiriços.

Relatório detalhado da sessão



Sessão 4 – Adaptação às mudanças climáticas em nível de bacia hidrográfica: controle de enchentes e secas

Com: Agência da Água Loire-Bretanha (França), Consórcio das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Brasil), Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (Brasil), Agência Nacional de Água e Saneamento Básico (Brasil), Comissão da Bacia do Lago Vitória, Comissão de Conservação do Rio Amarelo (China), Comissão Internacional de Fronteiras e Águas entre o México e os Estados Unidos, Agência de Meio Ambiente da Flandres (Bélgica), Fórum Fluminense dos Comitês de Bacias Hidrográficas (Brasil).

A sessão destacou que os registros hidrológicos indicam mudanças significativas no ciclo hidrológico, com episódios de seca e enchentes mais frequentes e intensos. Essas mudanças climáticas foram agravadas pela variabilidade dos regimes pluviométricos e por uma gestão inadequada do uso do solo e dos recursos hídricos, ilustradas notadamente pelos 400 mm de chuva que caíram em uma única semana em Santa Bárbara d'Oeste, no Brasil, em 2025, o que inundou os reservatórios da cidade.

Os debates enfatizaram que os desafios são numerosos e interdependentes, exigindo a transição de uma resposta reativa às crises para uma gestão proativa e integrada dos riscos. Assim, para superar as limitações das infraestruturas e do ordenamento do território, uma adaptação eficaz requer coordenação entre todos os setores (água, agricultura, ordenamento do território, energia) e todos os níveis administrativos, desde os municípios locais até as comissões transfronteiriças.



© RIOB



Sra. Marina Mendonça Costa de Assis, Assessora do Diretor Executivo, Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba

“Além do conhecimento e dos projetos, precisamos refletir sobre como mobilizar as pessoas, transmitir-lhes informações para tentar promover essa mudança e conseguir enfrentar esses novos cenários que já são uma realidade.”

Entre as soluções implementadas apresentadas estão as baseadas na natureza e os projetos de restauração ecológica, como o reflorestamento do planalto de Loess, na China, ou o programa “Mananciais”, no Brasil. Existem também outras soluções: o fortalecimento da cooperação internacional entre bacias hidrográficas, uma gestão baseada em monitoramento contínuo, uma reavaliação periódica dos cenários e a capacidade de ajustar as estratégias ao longo do tempo, ou ainda uma governança inclusiva das populações vulneráveis e das iniciativas locais, como é o caso no Brasil ou na bacia do Lago Vitória.

Para concluir, a sessão destacou a importância de aplicar o princípio da precaução, o que significa que o planejamento em escala de bacias hidrográficas e a gestão de riscos devem levar em conta os cenários climáticos mais críticos na alocação de recursos e na elaboração de políticas públicas.

Relatório detalhado da sessão



Sr. Steven Vinckier, Especialista em resiliência hídrica, Agência Ambiental da Flandres (VMM), Bélgica

“Precisamos integrar objetivos e programas de adaptação em escala de bacia hidrográfica e realizar a transição para uma abordagem verdadeiramente sistêmica que associe a água, os solos e a adaptação às mudanças climáticas ao planejamento territorial.”

Sessão 5 – Economia circular da água para a resiliência das bacias hidrográficas: diversificar a “mistura de água” com recursos não convencionais

Com: Agência da Água Adour-Garonne (França), Agência da Bacia Hidrográfica do Bouregreg e Chaouia (Reino de Marrocos), Autoridade da Bacia do Júcar (Espanha), Companhia de Gestão de Recursos Hídricos do Ceará (Brasil), Ministério da Agricultura e Florestas (Turquia), Comissão da Bacia do Orange-Senqu, Departamento de Uso Sustentável da Água do Governo do Estado de Chihuahua (México), Agência Nacional para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (Argélia).



No contexto das mudanças climáticas, a fim de fazer face ao estresse hídrico, muitos membros da RIOB recorrem a outros recursos hídricos além da captação direta das águas superficiais e subterrâneas disponíveis. Esses recursos alternativos, também chamados de “recursos hídricos não convencionais”, incluem, principalmente, a captação e gestão de águas pluviais, a reutilização de águas residuais tratadas e a dessalinização da água do mar. Essas águas podem exigir um tratamento específico, dependendo do tipo de usuário.

Além das soluções baseadas na natureza e na gestão da demanda, a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (GIRH), como método sólido e flexível, deve ser repensada para integrar efetivamente os recursos hídricos não convencionais “da nascente ao mar” em suas ferramentas, levando em conta de forma objetiva suas vantagens e desafios com base na experiência, no âmbito de um ciclo de economia circular da água.

Os estudos de caso, de grande diversidade geográfica, permitiram debater o papel desempenhado pelos recursos hídricos

não convencionais na resiliência das bacias hidrográficas. Os palestrantes apresentaram diferentes métodos de implementação e formas de utilizar os recursos hídricos não convencionais (irrigação com águas residuais tratadas, recuperação de lítio a partir da salmoura gerada pelos processos de dessalinização, operação de estações de tratamento por meio de biogás, etc.). Eles destacaram que as vantagens e as limitações variam consideravelmente de acordo com o contexto. Concluíram que a aceitação social e marcos regulatórios sólidos são necessários para desenvolver ainda mais o uso de recursos hídricos não convencionais.

Esta sessão faz parte de uma série de atividades da RIOB dedicadas aos recursos não convencionais, que inclui também dois webinars e um manual sobre a diversificação do mix hídrico e a gestão da demanda.

[Relatório detalhado da sessão](#)



Sra. Lamia Lehtihet, Diretora-Geral, Agência Nacional para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (AGIRE), Argélia

“O uso racional dos recursos hídricos convencionais e não convencionais é essencial para preservar as reservas estratégicas, especialmente as águas subterrâneas, para as gerações futuras.”

Algumas palavras sobre as oficinas

Oficinas “Peer-to-Peer”

Implementado pela RIOB com o apoio da RAOB e financiado pela União Europeia, o projeto Peer-to-Peer reúne 21 parcerias compostas por 61 organismos homólogos responsáveis pela gestão da água na África, Europa, América Latina e Ásia, com o objetivo de fortalecer o intercâmbio de experiências e as capacidades dos organismos de bacia.



A Cúpula Mundial de Bacias da RIOB, no Rio de Janeiro, constituiu uma etapa importante para o projeto **Peer-to-Peer**, reunindo fisicamente mais da metade dos 21 parcerias envolvidas no projeto. Essa forte mobilização permitiu ir além das primeiras trocas à distância iniciadas desde a fase de seleção e criar um espaço de diálogo direto entre os parceiros.

Foram organizadas duas sessões dedicadas ao tema.

A primeira foi dedicada à apresentação do projeto e à valorização das primeiras parcerias. Vários parceiros compartilharam suas expectativas, os desafios comuns que motivaram sua aproximação, bem como as primeiras linhas de cooperação identificadas. Esses depoimentos permitiram ilustrar concretamente a diversidade dos contextos representados, ao mesmo tempo em que revelaram questões amplamente compartilhadas entre os organismos de bacia.

A segunda sessão assumiu a forma de um módulo regional do percurso pedagógico P2P, centrado em dois temas particularmente presentes nas parcerias da América Latina:

a governança dos organismos de bacia e as soluções baseadas na natureza.

Por meio de uma série de trocas de experiências, os participantes discutiram suas abordagens, dificuldades e lições aprendidas com suas práticas. Essa sessão também permitiu apresentar as primeiras funcionalidades do P2P Knowledge Hub, a plataforma colaborativa do projeto. Concebida como um espaço para o compartilhamento de conhecimentos e a valorização das experiências entre pares, ela irá acolher progressivamente os recursos pedagógicos, os webinars, os relatos de experiências e os ensinamentos produzidos no âmbito das parcerias.

Além dos conteúdos abordados, o Rio 2026 permitiu fortalecer os laços entre os parceiros e dar início à comunidade de pares do P2P, promover o intercâmbio informal entre pares de diferentes regiões do mundo, consolidar a dinâmica coletiva do projeto e interagir com outros parceiros no âmbito da Iniciativa das Bacias Gêmeas da RIOB.

O fortalecimento das relações entre os pares do projeto Peer-to-Peer ficou demonstrado pela assinatura de dois memorandos de entendimento:



Parceria nº 14

Sr. Juan Ocola Salazar, Presidente executivo, Autoridade Autónoma Binacional do Lago Titicaca (ALT)

Sr. Mervin Pérez, Diretor Executivo, Autoridade da Bacia do Lago Atitlán (AMSCLAE), Guatemala



Parceria nº 20

Sra. Busadee Santipitaks, Presidente Diretora-Geral, Comissão do Rio Mekong (MRC)

Sr. Mohamed Fawzi Bedredine, Coordenador regional, Organização para o Desenvolvimento do Rio Senegal (OMVS)

No âmbito da 13ª Cúpula Mundial de Bacias no Rio de Janeiro, a Associação Internacional de Engenharia e Pesquisa em Hidroambiente (IAHR) conduziu duas oficinas interativas dedicadas às prioridades-chave para uma governança integrada e voltada para o futuro das bacias: a gestão do transporte de sedimentos e a transformação digital.

A oficina **“Gestão integrada do transporte de sedimentos nas bacias hidrográficas”**, organizada pela IAHR, pela RIOB e pela Comissão Internacional das Grandes Barragens (CIGB), destacou a necessidade de colocar a gestão de sedimentos no centro da governança das bacias hidrográficas. As discussões destacaram que os sedimentos não constituem apenas um desafio técnico, mas um fator estratégico que molda a morfologia dos cursos d’água, a dinâmica das cheias e da erosão, bem como a resiliência dos ecossistemas e das infraestruturas. As contribuições dos órgãos de bacia, de especialistas internacionais e de profissionais demonstraram que os desafios relacionados aos sedimentos são cada vez mais influenciados por barragens, mudanças no uso do solo e pela variabilidade climática, e que são necessárias abordagens mais integradas na escala das bacias hidrográficas e dos trechos fluviais. A sessão também apoiou a colaboração em andamento entre a RIOB, a IAHR e a CIGB e trouxe contribuições para o próximo manual da RIOB sobre a gestão do transporte de sedimentos na escala das bacias hidrográficas. Um dos principais resultados foi o reconhecimento da necessidade de fortalecer o programa internacional de gestão de sedimentos, cujo lançamento oficial está previsto para o Fórum Mundial da Água e para o qual está programada uma sessão de acompanhamento durante o Congresso Mundial da IAHR em Bari, em 2027.

A oficina **“Transformação digital para bacias hidrográficas – A caminho de Bari: 42º Congresso Mundial da IAHR”** concentrou-se em como a transformação digital

pode apoiar efetivamente a tomada de decisões na gestão de bacias hidrográficas. A sessão abordou o fosso entre os rápidos avanços em dados, inteligência artificial e ferramentas digitais e sua integração prática na tomada de decisões operacionais e institucionais. Os participantes destacaram a importância de passar de abordagens “ricas em dados, mas pobres em informações úteis” para sistemas digitais centrados no ser humano, voltados para a tomada de decisão integrada aos processos de governança das bacias hidrográficas. O workshop contribuiu para o processo “Road to Bari”, posicionando a transformação digital como um pilar estratégico do Congresso Mundial da IAHR em Bari, em 2027, cujo tema é “Liderando a gestão da mudança na era da água digital e das transições”. Ele também permitiu esclarecer o roteiro e os compromissos que conduzem a Bari, ao mesmo tempo em que vinculou esse processo à trajetória internacional de longo prazo rumo a Kobe 2029.

Ao longo desses duas oficinas, a principal lição foi a necessidade de estabelecer uma conexão entre ciência, política e prática por meio de soluções concretas, evolutivas e enraizadas nas instituições. A gestão de sedimentos e a transformação digital surgiram como dimensões complementares da governança cooperativa das bacias hidrográficas: uma dizendo respeito ao funcionamento físico e à resiliência dos sistemas fluviais, a outra reforçando a capacidade das instituições de utilizar conhecimentos, dados e ferramentas para tomar decisões mais eficazes.



Oficina “Governança hídrica integrada em regiões metropolitanas no Brasil - a articulação entre o gerenciamento de recursos hídricos e a regulação dos serviços de saneamento para a resiliência do abastecimento de água”



© Fabiano Veneza / SEAS



© Fabiano Veneza / SEAS

A sessão teve como objetivo demonstrar a sinergia e a complementaridade das ações das Agências Reguladoras e dos Órgãos de gestão da água para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos e dos serviços de saneamento, com o intuito de garantir a segurança hídrica e a resiliência do abastecimento público diante de situações de crise.

A gestão das bacias hidrográficas está intrinsecamente ligada à garantia da disponibilidade e da qualidade da água para os diversos usos, incluindo o abastecimento público. Em algumas regiões metropolitanas brasileiras, a complexidade dos desafios relacionados à água, especialmente em um contexto de escassez, exige uma abordagem coordenada entre as instituições responsáveis pela gestão dos recursos hídricos e pela regulamentação dos serviços de saneamento.

Esta sessão teve como objetivo apresentar um modelo de governança que integre essas diferentes esferas, ilustrando como a regulamentação por parte das agências reguladoras contribui para a prevenção, gestão e controle das crises hídricas, ao mesmo tempo em que garante a continuidade e a qualidade do abastecimento.

Os debates demonstraram a importância de sensibilizar o público para a complexidade da gestão da água e para a necessidade de uma abordagem integrada. Eles também destacaram que o modelo de governança colaborativa entre as agências reguladoras e os órgãos de gestão é um fator-chave para a segurança hídrica.

As discussões enfatizaram a importância de:

- A interface entre a gestão da água e os serviços de saneamento, por meio da qual as informações e diretrizes dos órgãos de gestão (monitoramento das fontes de água, licenças, protocolos de escassez) são traduzidas pelas agências reguladoras em exigências operacionais para os prestadores de serviços de água e saneamento.
- O papel, as competências e as responsabilidades complementares das agências reguladoras e dos órgãos de gestão dos recursos hídricos, permitindo a interligação de suas ações em prol da segurança hídrica.
- Os investimentos necessários em resiliência e monitoramento dos recursos hídricos, proteção das captações e acompanhamento do impacto das águas residuais.
- O papel das agências reguladoras na supervisão e certificação dos investimentos em infraestruturas que aumentam a resiliência dos sistemas de abastecimento (interconexões, redução de perdas).
- A perspectiva do prestador de serviços sobre os desafios e as estratégias de investimento para garantir a segurança do abastecimento de água, incluindo a busca por novos recursos e a otimização dos recursos existentes.
- O papel da regulamentação na orientação e no controle das medidas de gestão da demanda hídrica.
- A importância de uma comunicação transparente e do envolvimento da sociedade civil como parceira na gestão da água.

Oficina “Quatro décadas de cooperação entre o Brasil e a França para o gerenciamento de bacias”

Em 2027, o Brasil comemorará os 30 anos da Lei da Água nº 9.433, de 7 de janeiro de 1997, lei que estabeleceu os fundamentos da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos no Brasil. Essa lei foi inspirada na experiência francesa e em uma cooperação bilateral frutífera entre o Brasil e a França, iniciada em 1988.

A sessão teve como objetivo lembrar a história e as lições aprendidas ao longo de quatro décadas de cooperação entre o Brasil e a França na área de gestão de bacias hidrográficas, que podem ser resumidas em quatro períodos:

- Os primeiros intercâmbios entre a França e o Brasil entre 1982 e 1985
- A primeira fase de cooperação, entre 1988 e 1998, com projetos-piloto de cooperação bilateral em apoio à criação e à implementação das primeiras agências de bacia no Brasil: Projeto Rio Doce, Projeto Paraíba do Sul e o apoio às bacias de Piracicaba e Capivari
- A segunda fase de cooperação, entre 1998 e 2011, caracterizada por missões e intercâmbios de cooperação descentralizada como extensão da cooperação bilateral; e
- A terceira fase de cooperação, a partir de 2012, centrada em projetos de cooperação interinstitucional para o fortalecimento dos organismos de bacia. Essa fase inclui os seguintes projetos:

InterAgências, BioPlateaux, MARU sobre o monitoramento de águas residuais urbanas e seu impacto ambiental, Governança das Parcerias Público-Privadas, Cooperação OiEau - ABAR.

A sessão teve como objetivo contribuir para a identificação das lições aprendidas ao longo dessas quatro décadas de cooperação entre o Brasil e a França na área de gestão de bacias hidrográficas.

As intervenções dos atores envolvidos nessa cooperação permitiram preparar a organização de um seminário previsto para 2027, focado na capitalização das experiências adquiridas, no fortalecimento da cooperação França-Brasil-América Latina no campo da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos em escala de bacias hidrográficas e no fortalecimento da Rede Latino-Americana de Organismos de Bacia (RELOB).

Esta oficina foi a oportunidade para apresentar uma primeira reflexão sobre o futuro dessa cooperação, especialmente sobre os papéis e os desafios das agências de água no Brasil e na França, no contexto da adaptação às mudanças climáticas e dos investimentos indispensáveis no Brasil em serviços de água e saneamento para atingir os objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030, especialmente por meio do Projeto MARU Baía de Guanabara.





Esta série de oficinas interativas sobre o tema “Compartilhamento de experiências sobre gestão da seca e alocação de recursos hídricos” permitiu apresentar uma diversidade de experiências e contextos geográficos, abrangendo desde a América (Brasil, México, Estados Unidos) até a Europa (França, Espanha), a África (rio Senegal, África Austral) e Ásia Central (Tajiquistão). Essas três oficinas tiveram como objetivo facilitar o diálogo entre pares e a troca de ferramentas e mecanismos necessários para passar de uma gestão de emergência reativa para um planejamento preventivo e uma governança inclusiva.



© Fabiano Veneza / SEAS

A oficina 1, intitulada “**Estudo de caso sobre segurança hídrica e governança nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo**”, destacou a experiência brasileira por meio de duas apresentações centradas na segurança hídrica e na governança nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo. Após detalhar as crises hídricas de 2014-2016 nessas regiões e os ensinamentos operacionais extraídos dessas crises, a sessão destacou que a garantia do abastecimento público de água requer uma combinação de múltiplas estratégias. Assim, para se adaptar com sucesso às mudanças climáticas, é necessária uma clara mudança de paradigma: ir além das tradicionais “infraestruturas cinzas”, integrar soluções baseadas na natureza (SBN), gerenciar a demanda por água e promover um diálogo contínuo entre as partes interessadas, a fim de garantir uma boa governança. Em seguida, uma pesquisa realizada com os

participantes da oficina revelou que quase metade deles considerava sua própria bacia hidrográfica como “muito vulnerável” aos riscos relacionados à água, confirmando que as questões abordadas constituíam uma grande preocupação. Por fim, dois representantes das agências de recursos hídricos francesas tomaram a palavra para trazer uma perspectiva europeia e alimentar a discussão, especialmente com o público. Essas trocas de ideias versaram sobre a hierarquização das prioridades em situações de crise, a coordenação das ferramentas de planejamento na França e o protocolo de comunicação das agências brasileiras em caso de crise.



© Fabiano Veneza / SEAS

A segunda oficina teve como tema “**Gestão de secas e alocação de água na Ásia Central, na África Austral e na América Latina**”. Para começar, um exercício interativo com imagens demonstrou que os participantes compartilhavam inúmeras preocupações: as dinâmicas entre a jusante e a montante, as mudanças climáticas, a inclusão de todas as partes interessadas na governança e na tomada de decisões, o papel crescente dos dados e das tecnologias digitais e a competição entre a agricultura, os usos domésticos e a proteção da biodiversidade na distribuição dos recursos hídricos. Esses temas foram abordados pelos três palestrantes, que enfatizaram a cooperação e as reformas institucionais para dar resposta a essas preocupações: a Comissão dos Rios Incomati e Maputo (Eswatini, Moçambique e África do Sul), a Organização da Bacia do Zarafshan (Tajiquistão e Uzbequistão) e a Comissão Internacional de Fronteiras e Águas (México e Estados Unidos).

Ao final da oficina, foram identificadas cinco conclusões principais:

1. A seca está se tornando um componente estrutural, e não mais excepcional, da gestão dos recursos hídricos.
2. A distribuição da água é, fundamentalmente, uma questão de governança que requer instituições transparentes e a participação das partes interessadas.
3. As informações científicas e as ferramentas digitais são essenciais, mas não podem substituir o diálogo e o compromisso político.
4. As bacias transfronteiriças constituem valiosos laboratórios de cooperação e aprendizagem compartilhada.
5. A agricultura continua no centro da maioria dos debates sobre a distribuição da água, o que reforça a necessidade de adotar abordagens integradas e participativas.

negociada da água” que inclui todas as partes interessadas locais na alocação do recurso hídrico.



© RIOB

A segunda parte concentrou-se em dois casos internacionais que apresentam uma longa tradição de gestão da escassez hídrica e fortes semelhanças com o Ceará. A Organização para o Aproveitamento do Rio Senegal trouxe uma perspectiva de gestão transfronteiriça e enfatizou a importância de dados confiáveis, da transparência institucional e da tomada de decisão por consenso, garantindo soluções aceitáveis para cada Estado e impedindo que qualquer membro, mesmo minoritário, seja marginalizado. Em seguida, foi dada ênfase à experiência das confederações hidrográficas espanholas em matéria de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos e de combate à seca, por meio de um marco jurídico sólido, um diagnóstico baseado em indicadores com limites definidos, medidas operacionais claras para cada nível de seca e uma diversificação do mix hídrico.



© RIOB

A oficina 3, intitulada “Estudo de caso sobre a alocação negociada de água em contexto semiárido: o Estado do Ceará (Brasil), em diálogo com experiências na África e na Europa”, foi dividida em duas partes. Inicialmente, foram apresentadas a vulnerabilidade histórica e o grave período de seca (2012-2017) da região do Ceará (Brasil). Para responder a esses desafios, o Estado do Ceará implementou:

1. Uma ampla rede estrutural composta por 157 reservatórios públicos, milhares de pequenas barragens e centenas de quilômetros de canais e tubulações interconectados.
2. Uma governança descentralizada, caracterizada pela divisão do território em 12 bacias hidrográficas, administradas por 12 comitês de bacia e 40 comissões de usuários dos reservatórios.
3. Uma estratégia de “distribuição

[Relatório da oficina 1](#)



[Relatório da oficina 2](#)



[Relatório da oficina 3](#)



Apresentação da conferência EURO-RIOB 2027

A Agência Ambiental da Flandres (VMM), representada por Bernard de Potter (Administrador Geral) e Steven Vinckier (especialista em resiliência hídrica), e o Serviço Público da Valônia (SPW) receberão a próxima EURO-RIOB, em Bruxelas, **de 25 a 28 de maio de 2027.**

Sr. Bernard de Potter, Administrador Geral, Agência Ambiental da Flandres (VMM), Bélgica: “Estamos preparando uma conferência voltada para o futuro, que abordará todos os desafios relacionados à gestão da água”.



Até breve em Bruxelas!

SAVE THE DATE

EURO INBO 2027

25-28 May 2027 . Brussels (BELGIUM)



Anúncio do país anfitrião da edição de 2028 da Cúpula Mundial de Bacias

Após uma chamada para candidaturas, a Namíbia foi selecionada para sediar a edição de 2028 da Cúpula Mundial de Bacias da RIOB.

Sua Excelência Selma Nghinamundova, Embaixadora da República da Namíbia no Brasil, apresentou a candidatura proposta pelo Ministério da Agricultura, Pesca, Água e Reforma Agrária da Namíbia (MAFWLR), em parceria com os organismos de bacia da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Anúncio do país anfitrião para a edição de 2028 pelo Secretário-Geral da RIOB (Dr. Eric Tardieu) e Sua Excelência Selma Nghinamundova, acompanhados pela Sra. Maria Amakali (MAFWLR), pelo Sr. Comfort Molowiswa (Comissão da Bacia do Rio Orange-Senqu – ORASECOM), pela Sra. Sindy Mthimkhulu (Comissão dos Cursos d'Água Incomati e Maputo – INMACOM) e pela Sra. Fenny Dimitrova (Embaixada da Namíbia no Brasil).
Crédito da foto: Fabiano Veneza/SEAS.

Nos vemos em Windhoek em 2028!



A RIOB em resumo



1994

Ano de fundação



Estatuto

Associação de interesse geral de direito francês



Objetivo principal

Apoiar todas as iniciativas em prol da organização da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (GIRH) em bacias hidrográficas, rios, lagos ou aquíferos nacionais ou transfronteiriços, a fim de conciliar crescimento econômico, justiça social, proteção do meio ambiente e dos recursos hídricos e participação da sociedade civil.



Organização

Essa plataforma de intercâmbio de conhecimentos e experiências é administrada por seu presidente e pelo Comitê de Ligação, que organizam a Secretaria Técnica Permanente, mantida pelo Escritório Internacional da Água (OiEau). Sua Assembleia Geral Mundial ocorre a cada dois anos. A Presidência da RIOB é exercida pelo Brasil, desde a AG de 2026, realizada durante a Cúpula Mundial de Bacias, até 2028.



Ações

Intercâmbio de experiências, geminações, eventos e parcerias (com a OCDE sobre governança da água, com a CEE-ONU sobre cooperação transfronteiriça e adaptação às mudanças climáticas). Disponibilização da expertise do Secretariado Técnico Permanente, assegurado pelo OiEau: apoio técnico e institucional, capacitação, dados e sistemas de informação.



Rede

192 Organismos-Membros (órgãos de bacias, órgãos governamentais responsáveis pela água, organizações de cooperação bilateral ou multilateral) e Observadores Permanentes em 88 países.



Implantação

8 redes regionais, para fortalecer os laços entre as Entidades-Membros de países vizinhos, desenvolver as atividades coletivas da RIOB na região e organizar atividades conjuntas de interesse geral.



RIOB
Rede Internacional
de Organismos de Bacia

Secretaria da RIOB

International Office for Water

22, rue de Madrid

75008 PARIS - FRANCE

+33 1 44 90 88 60

info@riob.org

www.inbo-news.org



Com o apoio de:



OFB
OFFICE FRANÇAIS
DE LA BIODIVERSITÉ

